



anespo

associação nacional
de escolas profissionais

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO PARA 2022

APROVADO POR UNANIMIDADE EM ASSEMBLEIA GERAL

Mealhada, 09 de dezembro de 2021

INDICE

	N.º Pág.
1 - CONTEXTUALIZAÇÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO DA ANESPO	3
2 - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	5
3 - PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2022	7
4 - ANÁLISE DAS VARIÁVEIS INTERNAS E EXTERNAS QUE CONDICIONAM A ATIVIDADE DAS ESCOLAS	11
5 - EIXOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICAS	16
Eixo I - Afirmação institucional da ANESPO e das escolas profissionais	16
Eixo II – Quadro regulamentar e modelo de financiamento dos cursos profissionais	18
Eixo III – Otimização do modelo pedagógico e consolidação de sistemas de qualidade	19
Eixo IV – Contribuição para concretização das políticas nacionais e dos objetivos comunitários	21
Eixo V – Vida associativa, orientação estratégica e melhoria do funcionamento dos serviços	23
Eixo VI - Projetos e parcerias	25
6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
7 - ORÇAMENTO PARA 2022	28
8 - MAPA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA O ANO DE 2022	31

1 - CONTEXTUALIZAÇÃO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES DA AÇÃO DA ANESPO

A apresentação e aprovação do Plano de Atividades e do Orçamento (PAO) visa dar cumprimento ao preceituado na alínea d) do artigo 16º e na alínea e) do n.º 1 do Art.º 21 dos Estatutos da ANESPO e tem como objetivo dotar a nossa associação de um importante instrumento de gestão que permita orientar a sua ação e dos órgãos sociais, no decurso do ano de 2022.

O Plano de Atividades e Orçamento da ANESPO, enquanto instrumento de planeamento de curto prazo, deve ter em conta os seguintes princípios gerais:

- a. O contexto em que se insere a atividade da ANESPO e das escolas profissionais e, conseqüentemente, as orientações de política de educação e formação de jovens e adultos;
- b. O enquadramento legal, designadamente, o Decreto-Lei 92/2014, a matriz estatutária que enforma atualmente a atividade desenvolvida pelas escolas profissionais, bem como o quadro regulamentar das operações com cofinanciamento através do FSE, nas regiões onde se aplica aos cursos profissionais;
- c. A matriz curricular, impulsionada pelo DL 55/2018 e consolidada na Portaria 235-A/2018 de 23 de agosto, bem como pelo DL 54/2018, sobre a escola inclusiva, edifício normativo que exige das escolas profissionais capacidade de resiliência e de ajustamento do modelo pedagógico;
- d. As conseqüentes medidas flexibilidade e inovação curricular, bem como a perspetiva de reforço da organização da formação com base em resultados de aprendizagem e a focalização, nas componentes socioculturais, na educação para a cidadania e nas aprendizagens essenciais;
- e. As lições aprendidas pela experiência de 18 meses (março/2020 – setembro/2021) de funcionamento intermitente das escolas e das atividades presenciais, com suporte em planos de contingência e na operacionalização de respostas flexíveis, híbridas, mistas e a distância, para assegurar que todo e qualquer aluno continuasse ligado e em processo de ensino/aprendizagem;
- f. O alinhamento das escolas profissionais com os mecanismos de garantia da qualidade alinhados com o quadro europeu (EQAVET), processo que implicou a mobilização das associadas nos últimos três anos e continuará a mobilizar dentro do contexto da renovação, em coerência com o princípio da melhoria contínua;

- g. Para as regiões em que os cursos profissionais têm cofinanciamento FSE, as condicionantes conhecidas da transição de quadros operacionais, com o Portugal 2020 em fase de encerramento e a operacionalização do Portugal 2030 a deslizar para 2022;
- h. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), enquanto instrumento vocacionado para modernizar a educação e a formação profissional, em particular a medida relacionada com a adaptação ou instalação de 365 centros tecnológicos especializados (CTE) a que poderão concorrer as entidades promotoras de cursos profissionais.

Neste contexto, o Plano de Atividades para 2022 deve ter em conta a recuperação de iniciativas previstas para 2020 e 2021, que, devido ao efeito da pandemia provocada pela Covid – 19, foram adiadas ou suprimidas, em função da conjuntura que atravessou estes dois anos e ainda conviver com outras situações de natureza política, económica, financeira e educacional, designadamente:

- a. A rejeição, na Assembleia da República, da proposta de orçamento do Estado para 2022 e a sua dissolução e convocação de eleições legislativas antecipadas para o final de janeiro de 2022;
- b. O quadro de incerteza sobre o futuro da governação e das políticas que irão ser desenvolvidas pelo novo executivo que deverá resultar desse processo de consulta popular;
- c. A operacionalização do Portugal 2030 e, conseqüentemente, dos programas operacionais que, através do FSE, irão assegurar o financiamento dos cursos profissionais em distintas regiões do Continente e das Regiões Autónomas, a partir do ano letivo 2022/2023;
- d. A operacionalização do PRR, nomeadamente a medida destinada aos CTE, no qual as escolas profissionais depositam grande esperança no sentido da modernização dos seus equipamentos e do reforço do respetivo projeto pedagógico.
- e. O ano de 2022 é também relevante no nosso movimento associativo, uma vez que culmina um ciclo de 30 anos de provas de vida, que quisemos assinalar desde 2019, quando passaram 30 anos da criação das primeiras 50 escolas profissionais e da institucionalização da ANESPO, em 1991.

Sublinhe-se que em 2022 completam-se 33 anos da instituição das primeiras Escolas Profissionais e 30 anos da saída da primeira “fornada” de diplomados, momento que deverá completar este ciclo evocativo de um percurso que, do ponto de vista nacional, valeu a pena e enche de orgulho a todos.

Realça-se a circunstância de nesta caminhada termos contribuído de forma significativa para a elevação da qualificação dos jovens e combater o abandono escolar precoce, bem como dotar as empresas com profissionais qualificados e cidadãos conscientes da sua posição no cosmos.

Julgamos que em 2022, se as condições o permitirem, deveremos organizar o Congresso das Escolas Profissionais que esteve programado para 2020 e que permitirá refletir sobre esta trajetória ao longo de mais de 30 anos e, no horizonte 2030, assumir a mudança, a inovação e a recuperação da centralidade dos projetos educativos.

2 - DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

O diagnóstico estratégico aponta caminhos que vão para além do mero exercício anualizado e que, por isso, incorpora uma visão de médio e longo prazos na qual se terão que integrar as atividades previstas para 2022, com as condicionalidades dos anos anteriores, em particular dos dois últimos.

No que se refere às respostas educativas e formativas importa que se tenha em conta os seguintes aspetos estruturantes da ação das escolas:

- a. A necessidade de se responder aos efeitos da pandemia que ainda persistem e puseram à evidência formas de organização flexível e a necessidade de bom uso das ferramentas tecnológicas;
- b. A imperatividade de respostas educativas e formativas induzidas pela crescente utilização da inteligência artificial e da robotização;
- c. A necessidade de se ter em conta as políticas priorizadas no PRR que apontam caminhos de modernidade de toda a sociedade.

Importa, em termos estratégicos, ter em conta que as escolas profissionais iniciaram a sua atividade em 1989 no momento em que existiam muitas dúvidas e interrogações por

efeito do aparecimento das novas tecnologias e da sua disseminação na indústria e nos serviços e que, ao longo deste percurso, souberam adaptar-se e responder às necessidades do tecido económico e social e tudo fizeram para proporcionar aos jovens e adultos a aquisição de mais saberes e competências importando que se mantenha essa abordagem estratégica com cada vez maior incorporação das comumente designadas tecnologias 4.0.

Importa que em 2022 se tenha em conta o PRR e particularmente, a implementação de 365 CTE, que representam um investimento de grande dimensão e que permite alimentar a expectativa de que as escolas profissionais possam ter acesso a recursos que permitam a sua modernização técnica e tecnológica.

Em termos de médio e longo prazos, importa também ter em conta a variável da evolução demográfica que constitui um outro grande desafio e não pode ser negligenciada, nomeadamente a diminuição progressiva de nascimentos com reflexo muito grande no número de alunos que chegam ao ensino secundário, em particular a partir de 2015.

Neste quadro prospetivo consideramos como muito importante a possibilidade de alargar a oferta de cursos profissionais a mais alunos estrangeiros, por via do reagrupamento familiar ou de incorporação de alunos oriundos dos países da CPLP/PALOP, sendo essencial reduzir a carga administrativa e burocrática pesada e um enquadramento legal confuso que importa superar.

Importa ter presente que no futuro próximo o país tem que encontrar respostas para o desequilíbrio demográfico, sentido de forma evidente na vida e no funcionamento das escolas profissionais. Enquanto nas zonas demograficamente mais densas, as escolas profissionais têm condições para se afirmar e desenvolver normalmente os seus projetos pedagógicos, tendo até condições para alargar a oferta, o que tem sido travado, nas regiões de baixa densidade ou menos povoadas, a perda de alunos e é cada vez maior e a constituição de turmas um exercício espinhoso, com reflexo no funcionamento e no financiamento.

Não podemos esquecer, nesta análise prospetiva, que há outras variáveis que contribuem para que a tarefa das escolas não seja fácil, designadamente com o facto de não estarem reunidas as condições para que os alunos que frequentam o ensino básico e particularmente o que frequentam o 9º ano sejam informados e orientados em função dos seus centros de interesse vocacionais, uma vez que está mais do que provado que

um aluno que frequente um curso que goste, independentemente do seu histórico anterior, tem um grande potencial de sucesso pessoal, escolar e no mundo do trabalho.

Importa ter em conta que, nas últimas três décadas, e particularmente nas regiões marcadas pela interioridade, as escolas profissionais têm sido, na generalidade dos casos, agentes de transformação, verdadeiros motores da economia e elevadores sociais de muitas camadas da população que, doutra forma, passariam ao lado dos desafios do progresso económico e social. Nesta perspetiva, em cada CIM/AM, é fundamental que se proceda a uma análise exaustiva do território, envolvendo todos, mas todos, os atores que operam no terreno. Importa que nesses territórios se desenhem as soluções mais ajustadas à natureza dos territórios, aos interesses dos alunos e das famílias e às capacidades instaladas, potenciando meios e recursos ao serviço das qualificações, atenta a perspetiva da aprendizagem ao longo da vida e os desafios da coesão social e territorial.

O futuro reclama, assim, medidas de discriminação positivas, nos municípios e freguesias do continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, tipificados como zonas periféricas e de baixa densidade marcadas por indicadores de desenvolvimento muito débeis, por forma a debelar os problemas resultantes da quebra demográfica e da consequente redução do número de jovens em idade escolar.

Espera-se que na regulamentação do atual período de programação dos fundos estruturais, 2021/2027, cuja operacionalização sofreu um significativo atraso, possam ser potenciadas as mais-valias das escolas profissionais tirando partido da sua experiência, tanto na qualificação inicial de jovens, como na formação contínua de adultos ou ainda enquanto agentes de desenvolvimento regional e promotores de inclusão social.

3 - PRINCIPAIS DESAFIOS PARA 2022

O diagnóstico estratégico a que aludimos antes sinaliza um largo conjunto de preocupações de diversa natureza importando agora focarmo-nos na análise dos diversos desafios com os quais as escolas profissionais se irão confrontar, dentre os quais se destacam:

- a. **Pandemia e pós-pandemia** – Apesar das medidas tomadas no combate à Covid-19 em Portugal e na Europa, há ainda um grande grau de incerteza quanto à evolução da situação nos próximos tempos. As ações desenvolvidas nos dois últimos anos devem ser entendidas como lições da experiência e devem continuar presentes para se debelar os efeitos nefastos da crise pandémica na atualidade e acautelar qualquer eventual recuo.
- b. **Avanços na utilização das tecnologias da educação e formação** – A crise pandémica veio, por um lado, colocar em evidência alguma falta de equidade em termos sociais mormente no que concerne à disponibilidade de equipamentos informáticos e acesso às redes em muitos territórios, mas, ao mesmo tempo, determinaram mudanças substantivas no contexto escolar por força da necessidade de dar continuidade às atividades educativas e formativas a distância sendo que as novas competências adquiridas devem ser potenciadas, quer na formação na escola, quer a distância.
- c. **Planeamento da rede de oferta formativa** – Espera-se que, num quadro de superação progressiva da crise pandémica, a rede de oferta dos cursos profissionais e de outras ofertas de dupla certificação inicial de jovens possa assentar numa base mais estável e coerente, tirando partido do maior protagonismo dos atores regionais (CIM e AM), ultrapassando os constrangimentos verificados no lançamento dos dois últimos ciclos letivos. A ANESPO tudo fará nesse sentido, mas importa ter em conta que a definição da rede ocorrerá num momento de transição governativa e de atraso na implementação do Portugal 2030, o que exigirá vigilância e atenção redobrada.
- d. **Ações de divulgação e promoção do ensino profissional** – Atentas as ações desenvolvidas, desde 2020, através da criação da marca “Escolas Profissionais de Portugal”, em face da limitada adesão das associadas à campanha nacional promovida pela ANESPO, importa promover uma avaliação do custo/benefício das ações empreendidas e deliberar sobre a eventual continuidade. Caso a avaliação aponte no sentido positivo, para que não se registre um grande desfasamento entre os que a suportam e os que dela de alguma forma beneficiam, a campanha só deverá ser promovida se verificada uma adesão que envolva cerca de dois terços dos associados.

- e. Como em 2022 se completam 33 anos de atividade da primeira geração das escolas profissionais e 30 das primeiras saídas de diplomados, as associadas e respetivas escolas deverão assinalar esta efeméride e potenciar as estratégias de comunicação a partir do exemplo de histórias de sucesso de alunos diplomados, que se multiplicam um pouco por todo o país.
- f. **Sistema de Gestão/Garantia de Qualidade** – No final de 2021, a generalidade das associadas da ANESPO, sedeadas no continente, já obteve o selo de qualidade EQAVET e assegurou a operacionalização do seu sistema de gestão/garantia de qualidade. As escolas dos Açores e Madeira ainda não estão nesse patamar, sendo expectável que os respetivos Governos Regionais venham apoiar o desenvolvimento dos mesmos processos. As escolas do continente que atingiram esse objetivo em 2019 e 2020 devem preparar o processo de renovação por um novo período de 3 anos e conferir sentido e consistência à gestão/garantia de qualidade enquanto instrumento ao serviço da melhoria contínua dos projetos educativos.
- g. **Coesão social e aprendizagem ao longo da vida** – Com a entrada em força da nova programação do Portugal 2030, onde haverá um particular enfoque na educação/formação de adultos e nas medidas de combate à exclusão social, a ANESPO deverá empenhar-se em criar espaço de intervenção, contribuindo para a recuperação da sociedade e da economia no período pós pandemia, apostando na melhoria das condições de vida e dando resposta às necessidades de qualificação e de requalificação dos jovens e dos adultos;
- h. **Processos migratórios e multiculturalismo** – O número crescente de jovens estrangeiros ou cidadãos da União Europeia que procuram as escolas profissionais, através do reagrupamento familiar, na condição de refugiados ou de mobilidade para estudar, deve gerar nas escolas uma postura proactiva visando uma melhor integração dos jovens e adultos imigrantes na escola, através da aceitação das diferenças, numa fase em que se projeta uma cada vez maior incorporação de trabalhadores estrangeiros no mercado de trabalho nacional.
- i. **Inclusão social e combate ao abandono e insucesso escolar** – é reconhecido o contributo dos cursos profissionais e das escolas profissionais na redução dos casos de abandono escolar precoce para um nível hoje inferior à média da União Europeia e para a promoção da conclusão da escolaridade obrigatória, no tempo

- próprio, importando dar continuidade a esse desiderato no continente e colaborar com as instâncias governativas regionais, designadamente nos Açores, a aproximarem-se das médias nacionais e europeias.
- j. **Negociações do PT2030 e PRR** – As negociações e regulamentação dos instrumentos de financiamento previstos para o novo período de programação da União Europeia aplicáveis a Portugal têm implicações diretas na gestão das EP e, por isso, a ANESPO tem vindo a alertar a tutela para a necessidade de introduzir alterações e corrigir algumas das situações que configuram gritantes injustiças. Nesse sentido elaborou e apresentou recentemente memorandos com o detalhe das propostas que entendemos devem ser consideradas, designadamente, a reposição dos 5% do valor das tabelas, a correção do valor das tabelas face à inflação, a necessidade de equiparar as tabelas dos CEF às dos CP e a previsão de algum crescimento das ofertas formativas com vista à aproximação das metas da União Europeia. Na mesma linha, apresentamos e propomo-nos acompanhar e apoiar as associadas no processo de criação da rede de CTE.
 - k. **CEFANESPO - Formação de formadores e outro pessoal** – A necessidade de conformar os perfis profissionais dos formadores com os perfis da formação, que estão em constante mutação, implica a atualização permanente das competências do pessoal docente e, por isso, importa que o CEFANESPO assuma um papel relevante nesta matéria. A ANESPO reclama do governo o financiamento das ações destinadas aos docentes/formadores à medida das suas necessidades, tendo em conta os princípios da autonomia, da flexibilidade, da gestão da qualidade, da proteção de dados e do respeito pelas regras de contratação pública;
 - l. **Catálogo Nacional de Qualificações** – Prevendo-se que seja adjudicada pela ANQEP a revisão de 8 das 22 famílias profissionais integradas no CNQ, a ANESPO liderará o processo tendente à revisão dos itinerários de formação que vierem a ser objeto de contratualização esperando poder contar com o apoio dos associados nas ações de renovação, ajustando-o a novas exigências e necessidades.
 - m. **Trabalho de parceria** - Apesar dos constrangimentos atuais e talvez por isso, no ano de 2022 deverá ser dado um novo impulso significativo na integração crescente e participação ativa nas organizações nacionais de que a ANESPO é

membro, como a CCP e a CNEF, bem como internacionais, através do EfVET e da EFEE.

4 - ANÁLISE DAS VARIÁVEIS INTERNAS E EXTERNAS QUE CONDICIONAM A ATIVIDADE DAS ESCOLAS

As variáveis internas, são aquelas em que a resolução depende, essencialmente, dos órgãos de gestão pedagógica e financeira das escolas, previstos nos Estatutos. As variáveis externas são mais difíceis de controlar pois dependem de outros agentes ligados geralmente ao contexto económico, social, cultural e educacional, donde se destaca o estado e os organismos da tutela das escolas.

4.1- Pontos Fortes

A identificação dos pontos fortes permite dar suporte a outras medidas e a equação e avaliação de eventuais riscos que ponham em causa os projetos educativos, determinando a passagem de pontos fortes, a fracos:

- a. O capital acumulado em mais de três décadas na organização da formação de dupla certificação, escolar e profissional;
- b. O conhecimento dos territórios onde as escolas desenvolvem a atividade e a capacidade de interação com o tecido económico e social regional e local;
- c. A adequabilidade e pertinência das ofertas formativas face às necessidades evidenciadas pelos agentes económicos e sociais;
- d. Os contributos recolhidos nas reuniões do órgão consultivo da ANESPO, o Conselho Científico-Pedagógico, que congrega um largo conjunto de atores e especialistas nas áreas de educação e formação;
- e. A flexibilidade curricular, a modularização das aprendizagens e o respeito pelos diferentes ritmos de aprendizagem dos alunos;
- f. A adoção de algumas práticas pedagógicas assentes no princípio da individualização da formação e da organização da formação com base em resultados de aprendizagem;
- g. A otimização da experiência pedagógica construída ao longo de 33 anos, tendo como referência o capital acumulado, enriquecido com as linhas de orientação

- mais recentes sobre flexibilidade curricular e consolidação de respostas inclusivas, na perspetiva do perfil do aluno à saída do ensino secundário;
- h. A experiência dos recursos humanos afetos à formação e a qualidade da generalidade das instalações e equipamentos;
 - i. A experiência na organização de formação dirigida a adultos e desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências escolares e profissionais;
 - j. Uma cultura de qualidade e de adesão progressiva aos princípios orientadores da gestão da qualidade, bem patenteada em certificação ISO obtidas por muitas escolas nos últimos anos, agora reforçada com o alinhamento de todas com o quadro europeu, traduzido no EQAVET.

Estes são os pontos fortes assinalados, mas a estes podem ser acrescentados tantos outros em função do contexto em que as escolas estão a desenvolver a sua atividade e resultam de um adquirido consistente, persistente e focado nos desafios da qualificação.

4.2 - Pontos Fracos

Vivendo as escolas profissionais e as entidades proprietárias tempos algo conturbados onde paira alguma incerteza quanto à evolução futura, identificamos a seguir alguns pontos fracos que importa ter em conta e encontrar forma de inverter as tendências:

- a. Os constrangimentos financeiros, resultantes da não atualização das tabelas de custos unitários dos cursos profissionais e dos CEF, que desde a sua origem apenas tiveram uma redução de 5%, em 2012, então considerada transitória, mas que persiste até hoje;
- b. O subfinanciamento das turmas com duas saídas profissionais e a aplicação de medidas penalizadoras para as escolas pela perda de alunos, aplicadas de forma cega sem ter em conta a realidade da oferta e da procura e os contextos em que cada escola opera, bem como, as dificuldades acrescidas com os impactos da pandemia;
- c. A imprevisibilidade, apesar dos sinais positivos, quanto à evolução da pandemia, a necessidade de ter permanentemente planos de contingência ativos e desenvolver situações adaptativas a cada contexto concreto, com alunos em

- regime presencial e outros potencialmente a distância, assegurando que todos fiquem ligados e não se percam pelo caminho;
- d. As fragilidades da política de apoios sociais aos alunos, que variam conforme as fontes de financiamento dos cursos profissionais e não têm em conta os problemas específicos, nomeadamente quanto a acessibilidades nas regiões de baixa densidade;
 - e. A necessidade de melhorias, otimizações e adaptações de instalações, bem como renovação de equipamentos ou aquisição de novos, dimensão prejudicada com a quase total ausência de apoio público nos últimos anos;
 - f. A ainda reduzida experiência de algumas escolas no tocante a dimensões do processo de flexibilidade curricular, constante da legislação recente e do seu enquadramento específico, cuja operacionalização foi significativamente abalada em período de pandemia;
 - g. A reduzida dinâmica do trabalho em rede de cooperação entre escolas com cursos nas mesmas áreas de formação, que tem que ser assumida como uma verdadeira mais-valia das escolas profissionais;
 - h. A falta de recursos humanos designadamente de docentes de disciplinas das componentes sociocultural, científica e técnica e a falta de medidas de curto e médio prazos que visando colmatar essas lacunas;
 - i. A não consideração da elegibilidade da formação contínua do pessoal docente e não docente que trabalha nas escolas profissionais que poderia ser ministrada pelo CEFANESPO.

Uma vez equacionadas as variáveis internas que decorrem e dependem de nós próprios, embora com determinantes que, por vezes, não dominamos na sua integridade, importa que olhemos para as condicionantes que não dependem mesmo de nós, ou seja, para as variáveis externas que se poderão traduzir em oportunidades e ameaças.

4.3 - Oportunidades

Relativamente às oportunidades, julgamos que existem algumas condições que permitem às nossas associadas um melhor desempenho, designadamente:

- a. O sempre anunciado incremento do número de alunos do ensino secundário em percursos de dupla certificação, escolar e profissional, que aponta para 55%

- nesse segmento, para compensar o decréscimo da natalidade esperando-se que haja vontade política para atingir esse objetivo;
- b. A crescente preocupação dos empresários e das suas associações para a carência de mão de obra qualificada em praticamente todos os setores de atividade e as constantes chamadas de atenção efetuadas ao governo no âmbito da concertação social para a necessidade de uma mais efetiva aposta na valorização dos recursos humanos, quer em termos de formação inicial de jovens, quer de formação contínua de adultos;
 - c. A possibilidade de as escolas profissionais poderem aceder aos apoios constantes do PRR, designadamente, para a implementação de CTE nas áreas da Informática, Indústrias, Ambiente, Digital e Multimédia, o que permitirá aumentar significativamente a capacidade de atração dos jovens para as formações qualificantes;
 - d. A dinamização das Redes de Cooperação por forma a permitir aumentar o nível de reflexão sobre as necessidades de equipamentos de ponta, em linha com os maiores avanços tecnológicos e cogitar sobre as práticas pedagógicas mais inovadoras passíveis de disseminação;
 - e. Os apoios que se admite venham a existir nos Programas Temáticos ou Regionais, no continente e/ou Regiões Autónomas, para implementação dos processos gestão/garantia da qualidade alinhados com o EQAVET que se encontrem nas fases de iniciação, desenvolvimento ou consolidação;
 - f. A acreditação da ANESPO/CEFANESPO para organização de formações dirigidas a docentes, formadores e outros trabalhadores ao serviço das entidades proprietárias das escolas.

4.4 - Ameaças

Contudo, persistem velhas ameaças e algumas novas que convém ter em devida conta na medida em que a sua desvalorização pode comprometer os projetos educativos:

- a. A incerteza quanto aos recursos financeiros que serão afetados à qualificação inicial de jovens no atual período de programação dos fundos comunitários (2021/2027), na expectativa de que o subfinanciamento dos quadros anteriores não se repita;

- b. A convivência com um modelo de financiamento fortemente penalizador para as escolas profissionais, sem aderência às novas orientações da tutela em termos de autonomia e flexibilidade curricular, cuja desconformidade se tornou mais evidente neste período de pandemia;
- c. A questão demográfica traduzida na redução da natalidade e a consequente redução do número de alunos no ensino básico e secundário, com particular acuidade nas regiões mais periféricas e de baixa densidade;
- d. A manifesta falta de informação aos jovens e famílias sobre as diferentes ofertas das escolas profissionais e as escassas e desajeitadas ações de orientação vocacional que favorecem as opções dos alunos que pretendem transitar do ensino básico para o secundário;
- e. As redes de transportes inexistentes ou desajustadas às necessidades dos alunos obrigando muitas escolas a construir elas próprias soluções alternativas por forma a garantir o elementar direito à educação de jovens que se encontram na escolaridade obrigatória;
- f. A previsível não abrangência a todas as escolas dos apoios destinados no PRR para melhoria dos equipamentos e obras de adaptação das instalações, considerando as prioridades de áreas de formação e critérios para os CTE;
- g. As dificuldades crescentes no recrutamento de professores habilitados para a docência, em particular nas áreas científica e sociocultural e não consagração pela tutela de princípios orientadores alternativos;
- h. A manutenção de entraves à divulgação das ofertas formativas nas escolas que ministram ensino básico e os problemas da articulação regional das ofertas formativas destinadas aos jovens em idade de escolaridade obrigatória e de nível secundário.

As variáveis internas e externas acima referidas e os correspondentes pontos fortes e fracos e as oportunidades e ameaças dão-nos uma panorâmica geral do terreno em que as escolas profissionais se têm de movimentar no decurso do próximo ano.

5 - EIXOS E ÁREAS DE INTERVENÇÃO ESPECÍFICAS

Tendo em conta a contextualização, o diagnóstico estratégico e a incerteza quanto à evolução da pandemia e dos seus impactos, propomos que, em 2022, sejam priorizadas as seguintes áreas e, dentro delas, enunciadas as principais intervenções específicas:

Eixo I - Afirmação institucional da ANESPO e das escolas profissionais

A afirmação pública e institucional deve estar no centro das preocupações da ANESPO e celebrando-se em 2022 os trinta anos das primeiras certificações, escolares e profissionais pelas escolas profissionais, prevê-se a sinalização desta data e a realização do Congresso do Ensino Profissional que envolverá as nossas associadas e um largo conjunto de especialistas em educação e formação colocando em equação o contexto atual marcado pela crise pandémica e as perspetivas futuras.

Com vista a atingir o mesmo objetivo consideramos indispensável a manutenção e mesmo intensificação dos contactos com a Presidência da República, o Governo da República, os Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, a Assembleia da República e bem assim com outros organismos relevantes da administração pública e do setor privado designadamente os parceiros sociais de expressão nacional, regional e local que, normalmente, interagem com os órgãos de gestão/administração das escolas profissionais, designadamente:

- a. Com o Conselho Nacional de Educação, o Conselho Geral da ANQEP, Comité de Acompanhamento do POCH e CS 11 do IPQ – Instituto Português da Qualidade, atenta a relevância destes órgãos e a possibilidade de sinalizar situações que urge dar resposta e, ao mesmo tempo, dar visibilidade aos Projetos Educativos e Formativos das Escolas Profissionais;
- b. Com a CNEF, enquanto organização agregadora e representativa dos interesses do conjunto das entidades privadas que prestam serviços de educação e formação, nomeadamente em torno do contrato coletivo de trabalho (CCT) e do recrutamento e da contratação de professores;
- c. Com as quatro associações representativas dos estabelecimentos de ensino de nível não superior, AEEP, ANDE e ANDAEP, no seguimento dos Congressos das Escolas;

- d. Com representantes dos serviços ligados às políticas educativas dos PALOP e da CPLP e com outras organizações que representam os setores da educação e formação no plano europeu, designadamente, o EFVET e a EFEE.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO			
	(Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Reafirmação do papel das escolas profissionais junto dos ministérios e das secretarias regionais que tutelam as escolas profissionais, respetivamente, no continente e nas regiões autónomas designadamente através: <ul style="list-style-type: none"> • Audiências com membros do governo a nível nacional e regional; • Audiências com Grupos Parlamentares; • Reuniões com as estruturas desconcentradas da administração central (CCDR) e local (CIM/AM). 				
b. Participação ativa nos órgãos de consulta institucionais em que a ANESPO tem assento, designadamente: <ul style="list-style-type: none"> • Conselho Nacional de Educação (CNE); • Conselho Consultivo da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional (ANQEP); • Comité de Acompanhamento do POCH; • Comissão Setorial de Educação do Instituto Português da Qualidade (CS11). 				
c. Reforçar o contato com os representantes dos agentes económicos e sociais, nomeadamente as associações sindicais e patronais, no sentido de sensibilizar e motivar para a situação das escolas profissionais e os obstáculos ao desenvolvimento dos seus projetos educativos.				
d. Organizar o Congresso das Escolas Profissionais como momento de balanço e afirmação do papel insubstituível das EP na qualificação de jovens e na dinamização do tecido económico e social nacional e local.				
e. Continuar as negociações com os sindicatos em torno do CCT.				
f. Intensificar e aprofundar contactos com as autoridades dos PALOP e CPLP, tendo em vista equacionar a realização de trabalho cooperativo.				
g. Continuar a promover a ANESPO e as escolas profissionais junto da opinião pública, dos jovens e das famílias, nomeadamente através de divulgação de boas práticas e resultados alcançados pelas escolas e por diplomados com cursos profissionais.				

Eixo II – Quadro regulamentar e modelo de financiamento dos cursos profissionais

Os cursos profissionais foram criados no contexto da integração de Portugal na Europa comunitária, beneficiando dos apoios da política de coesão, estabelecida no Ato Único Europeu e operacionalizada a partir de 1988.

Desde então, as escolas profissionais foram financiadas pelos sucessivos programas operacionais, através do FSE, estando neste momento excluídas as situadas na Área Metropolitana de Lisboa e no Algarve, onde o financiamento é agora exclusivamente nacional.

As regras de funcionamento dos cursos profissionais são ditadas pela regulamentação nacional e comunitária, em especial relativa ao FSE, uma vez que suporta o financiamento de uma parte significativa das escolas profissionais. No que concerne ao modelo pedagógico, dependem das orientações do Ministério da Educação e dos serviços descentralizados, sendo que esta ambivalência torna algo complexa e difícil a gestão das duas dimensões.

O facto de estarmos em pleno período de transição de quadros de financiamento comunitário fez com que a ANESPO se tivesse preocupado em fazer chegar ao Governo um conjunto de propostas de melhoria do financiamento das escolas profissionais que vão no seguinte sentido:

- a. Revisão do modelo de financiamento dos cursos profissionais e dos CEF, reparando os fatores críticos atuais;
- b. Atualização dos valores dos escalões, face à inflação;
- c. Reposição do corte dos 5% das tabelas de custos unitários, por turma;
- d. Consagração do acréscimo do valor das tabelas das turmas com duas saídas profissionais;
- e. Reparação da injusta situação de penalização das escolas por desistência de alunos;
- f. Clarificação das condições de frequência de cursos profissionais por alunos estrangeiros sem autorização de residência permanente, nomeadamente dos PALOP/CPLP;
- g. Diversificação das ofertas formativas e dos mecanismos de financiamento, retomando a experiência encetada anteriormente, permitindo às EP

complementar a formação de nível 4, com formação especializada de nível 5, através da oferta de Cursos de Especialização Tecnológica (CET).

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Acompanhar a implementação do quadro regulamentar e dos mecanismos de financiamento das ofertas formativas das escolas profissionais reclamando a melhoria das condições financeiras, sem as quais estará em perigo a qualidade das prestações educativas e formativas.				
b. Adotar uma postura proactiva no que concerne à implementação das mudanças em curso, assentes nas aprendizagens essenciais, na gestão flexível do currículo e na valorização da educação inclusiva.				
c. Contribuir para acabar com as discriminações no acesso ao ensino superior pelos alunos que completam o secundário através dos cursos profissionais.				
d. Acompanhar e propor soluções às entidades regionais dos Açores e Madeira relacionadas com o funcionamento e financiamento dos cursos profissionais e outras modalidades desenvolvidas pelas escolas em cada uma das regiões.				
e. Acompanhar e apresentar propostas tendo em vista garantir a igualdade nas condições de acesso aos cursos profissionais e CEF aos jovens que vivem em regiões de baixa densidade e menor oferta apostando na melhoria das redes de transportes e nas condições de alojamento estudantil.				
f. Reiterar a necessidade de diversificação das ofertas formativas e dos mecanismos de financiamento, permitindo às EP complementar a formação de nível 4 com formação especializada de nível 5, através da oferta de CET.				
g. Suscitar junto do Governo que sejam criadas condições de acesso de alunos estrangeiros aos cursos profissionais, em particular aos que não têm autorização de residência permanente, tendo em vista criar um quadro estável e coerente.				

Eixo III - Otimização do modelo pedagógico e consolidação de sistemas de qualidade

A inovação pedagógica, assente em práticas disruptivas face ao passado, importa esteja sempre presente neste período marcado pela crise pandémica e peri-pandémica, apelando à adoção de formas diferenciadas de aprender e ensinar tirando partido das novas tecnologias de educação e formação.

Estes novos tempos deverão ser indutores e propiciadores de mudanças metodológicas significativas e, como tal, deverão ser consideradas no centro das preocupações dos responsáveis pela gestão pedagógica das escolas profissionais.

A procura de boas práticas assentes na potenciação da estrutura modular e da pedagogia de projeto, na pedagogia da individualização, na formação centrada nos interesses vocacionais dos alunos, na prevalência do trabalho em grupo, deve desembocar nos pressupostos consignados no Perfil do Aluno à Saída do Ensino Secundário.

A otimização do modelo pedagógico e a consolidação de sistemas de qualidade deve ter em conta o prescrito no Decreto-lei 55/2018 que instituiu a flexibilidade curricular, a formação com base em resultados de aprendizagem, a educação inclusiva e as aprendizagens essenciais e em 2022 teremos que continuar a desenvolver a atividade das escolas sem perder de vista as contingências da pandemia e adotar posturas flexíveis e adaptativas centradas nas condições e nas situações concretas de cada escola.

No que respeita à garantia de qualidade, a generalidade das escolas já obteve a certificação EQAVET e o respetivo selo, com uma intervenção muito efetiva e qualificada da ANESPO que acumula experiência nesta área, desde o projeto transnacional designado MOCEQEP – Modelo de Certificação da Qualidade das Escolas, passando pelas Certificações ISO que se seguiram.

Espera-se que em 2022 se consigam apoios para dar suporte aos processos de certificação EQAVET através de ações de iniciação (Açores e Madeira) e desenvolvimento e consolidação no Continente tendo em conta que a qualidade é um processo contínuo que nunca terá um fim, mas antes um princípio que irá sempre desembocar na melhoria contínua dos projetos educativos.

Em síntese, nesta frente de trabalho nuclear, nas condições específicas da pandemia e dos seus constrangimentos e desafios, a ANESPO e as escolas profissionais deverão continuar a focalizar a sua atenção no aprofundamento do modelo pedagógico, na consolidação de sistemas de qualidade e na revisão, harmonização e adequação dos planos curriculares sem esquecer a implementação das formações centradas nos resultados de aprendizagem, à luz das novas disposições quanto à operacionalização do currículo.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Afirmação da lógica da inovação pedagogia disruptiva, como marca distintiva das práticas pedagógicas das escolas profissionais concorrendo para a reafirmação: <ul style="list-style-type: none"> • Da potenciação das virtualidades da estrutura modular e macro modular; • Da aposta na pedagogia do projeto e no trabalho em grupo; • Da consagração da pedagogia da individualização como fator integrador, • Da potenciação da alternância entre a formação na escola e a formação em contexto de trabalho. 				
b. Alargamento a outras áreas de formação e generalização da experiência piloto em curso no que respeita à organização dos cursos profissionais com base em resultados de aprendizagem.				
c. Adoção de uma postura de organização aprendente que tira partido das lições da experiência e as põe ao serviço da melhoria contínua dos projetos educativos e formativos.				
d. Envolvimento ativo na revisão do Catálogo Nacional de Qualificações, processo lançado pela ANQEP e que deverá ter significativos desenvolvimentos em 2022.				
e. Apoio às escolas com vista à consolidação e aprofundamento dos seus sistemas de qualidade, uma vez obtida a certificação EQAVET, que em muitos casos reforça e complementa a certificação antes obtida com base na norma ISO 9001.				

Eixo IV – Contribuição para concretização das políticas nacionais e dos objetivos comunitários

Por sortilégios da vida comunitária, do funcionamento das instituições da União Europeia e da ativação de respostas à crise pandémica, de que sobressai a aprovação e operacionalização do mecanismo europeu de recuperação e resiliência, a operacionalização dos novos programas operacionais para 2021/2027 apenas ocorrerá substantivamente a partir de 2022.

A combinação das medidas de política de coesão, de periodicidade regular por ciclos de 7 anos, as medidas extraordinárias desencadeadas pelas instituições comunitárias na resposta à crise pandémica e os atrasos na execução de algumas medidas do Portugal 2020, levam a que Portugal disponha para esta década de um volume de recursos

financeiros nunca antes considerado, próximo dos 60 mil milhões de euros, cerca de seis mil milhões, em média, por ano.

A contribuição da ANESPO e das escolas profissionais para concretização das políticas nacionais e dos objetivos comunitários vai no sentido de contribuir:

- a. para este esforço nacional, apostando na boa aplicação dos fundos comunitários destinados à educação e formação;
- b. para o desenvolvimento da sociedade e o reforço que o tecido económico e social tem que empreender com vista a melhorar as condições de vida da população ativa.
- c. para o cumprimento das metas europeias relacionados com a educação, as qualificações e o emprego e a inclusão social, bem como resposta a problemas específicos de cada estado-membro.
- d. Para a operacionalização de iniciativas comunitárias, como o Programa ERASMUS+;
- e. Para a adequação da regulamentação europeia aos normativos nacionais que irão balizar a intervenção dos programas operacionais do Portugal 2030.

Neste mesmo sentido importará acompanhar a produção dos novos regulamentos comunitários, identificar os principais focos do investimento dos fundos estruturais e dar contributos para a implementação de medidas que contribuam para a inclusão social e a coesão territorial, dimensões a que a ANESPO deve estar particularmente atenta, no sentido de afirmar as escolas profissionais na consolidação da coesão territorial ao nível nacional e da União Europeia.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Concorrer para que o incremento das qualificações seja uma realidade ao nível nacional e da União Europeia tendo em vista a promoção do emprego, a promoção da inclusão social e o combate ao abandono escolar precoce.				
b. Combater o abandono escolar precoce apelando à identificação dos centros de interesse dos jovens que frequentam o último ciclo do ensino básico tendo em vista orientá-los em função das duas vias constantes da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE).				

c. Criar estímulos e apoios específicos aos alunos mais desfavorecidos com vista a promover o sucesso educativo e formativo, tendo em conta a necessidade de estabelecimento de mínimos sociais e a eventual necessidade de mediação social e educacional.				
d. Contribuir para o cumprimento das metas europeias relacionados com as políticas de educação, qualificação, emprego e a inclusão social apostando na integração de 50% dos alunos em percursos qualificantes.				
e. Contribuir para a operacionalização das iniciativas comunitárias relacionadas com estágios e intercâmbios, como o Programa ERASMUS+.				

Eixo V – Vida associativa, orientação estratégica e melhoria do funcionamento dos serviços

Prosseguindo o objetivo de defender os interesses dos associados procurar-se-á melhorar a organização interna e o funcionamento dos serviços tirando partido das condições existentes e das potencialidades oferecidas pela integração da ANESPO nas confederações ligadas às atividades desenvolvidas pelas Escolas, designadamente a CNEF e a CCP, nos domínios técnico-jurídico, estudos e projetos de investigação.

Importa que a ANESPO, com uma história de três décadas de defesa dos interesses das escolas profissionais e considerada um parceiro importante em vários patamares da administração pública e no setor privado, retome o processo anteriormente acionado, mas sem decisão favorável, com vista à obtenção do estatuto de utilidade pública.

Com vista ao desenho de estratégias de médio e longo prazos a recente entrada em funcionamento do Conselho Científico-Estratégico, constituído por personalidades de reconhecido mérito, permitiu aprofundar as reflexões sobre as necessidades de qualificação, atuais e emergente, as estratégias educacionais inovadoras e sobre as mais recentes evoluções tecnológicas que importa acompanhar.

No próximo ano propomo-nos reunir novamente o Conselho Científico-Estratégico para continuar a reflexão sobre os rumos da educação e da formação no período de programação 2021-2027 e sobre as implicações do Plano de Recuperação e Resiliência e da Rede de Centros Tecnológicos Especializados que terão uma grande repercussão na qualidade e quantidade das ofertas formativas das escolas no futuro que se avizinha.

Com o projeto financiado pelo Programa COMPETE, em 2021, designado “SIAC Empreendedorismo” a ANESPO propõe-se promover o Empreendedorismo Jovem estando prevista a realização de várias atividades, designadamente:

- a. Atividade 1 - Estimulo ao Empreendedorismo Jovem, englobando:
 - Road shows em escolas profissionais;
 - Soft Skills BootCamp (indústrias culturais e criativas) em 2 edições;
 - 24 Workshops/Oficinas de empreendedorismo;
 - Ciclo de 6 Conferências.

- b. Atividade 2 - Plataforma do projeto Portugal Empreendedor
- c. Atividade 3 - Plano de Disseminação do Projeto
- d. Atividade 4 - Assistência Técnica e Avaliação do Projeto

A mobilização das dinâmicas associativas implicará dar sequência aos ciclos de realização das Assembleia Regionais, programar novos périplos pela escolas das regiões mais periféricas, realizar as reuniões das Assembleias Gerais previstas nos Estatutos e convocar o Congresso das Escolas Profissionais para dar visibilidade ao trabalho das escolas e perspetivar o futuro.

Tendo em vista criar condições para que a ANESPO se possa candidatar a financiamentos da União Europeia designadamente ao Programa COMPETE, dentre outros, importa dotar a Delegação da ANESPO das condições de operacionalidade dispondo de um espaço e meios na Área Metropolitana do Porto (AMP) com condições para dar resposta em termos administrativos à execução de candidaturas, organizar formações e proporcionar a realização de reuniões.

A necessidade de responder às necessidades de formação contínua do pessoal docente e não docente implicará mobilizar o CEFANESPO para, depois da realização do diagnóstico de necessidades de qualificação, responder às necessidades sinalizadas pelos associados.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Apetrechar a ANESPO e o CEFANESPO para contribuírem com oferta formativa adequada às exigências atuais e necessidades das associadas, tendo como referência levantamento de prioridades.				
b. Continuar a participar ativamente na CNEF enquanto estrutura agregadora das principais entidades privadas que intervêm nos domínios da educação e da formação.				
c. Potenciar as vantagens decorrentes da filiação na CCP, através de uma maior participação na vida da confederação, do recurso aos seus serviços e da participação nas estruturas tripartidas, nomeadamente de concertação social.				
d. Continuação dos trabalhos de modernização dos serviços da ANESPO, dotando-os de maior capacidade de resposta às questões colocadas pelos associados, quer na sede quer na delegação do Norte.				
e. Trabalhar no sentido de aumentar o número de associados e criar mecanismos que potenciem o aumento da sua participação na vida da Associação.				
f. Implementar o projeto “SIAC Empreendedorismo” aprovado pelo Programa COMPETE, tendo como objetivo promover o Empreendedorismo Jovem.				
g. Potenciar as oportunidades abertas pela participação da ANESPO enquanto associada do EFVET e da EFEE, nomeadamente no quadro do aprofundamento da reflexão pedagógica e realização de estudos comparados.				

Eixo VI - Projetos e parcerias

No que respeita aos projetos transnacionais, em 2022 a ANESPO deverá estar atenta às oportunidades abertas pela entrada em funcionamento de uma nova geração do programa ERASMUS + e de outros programas de iniciativa comunitária.

Deverá dar sequência aos projetos iniciados em 2020, nomeadamente o chamado ERASMUS África, o projeto SAAM, ação piloto apoiada pela União Europeia e pela União Africana, a realizar ao longo de 4 anos, mas ainda com dificuldades de partir para o terreno, tendo em conta os constrangimentos à mobilidade.

Assegurar a participação ativa no projeto PRALINE, iniciado no final de 2020, desenvolvido no quadro do diálogo social europeu na educação, na perspetiva da participação da ANESPO/CNEF na EFEE.

A ANESPO deverá estar aberta ao estabelecimento de novas parcerias em projetos onde possa surgir como promotor ou parceiro, decisão a tomar em função da avaliação prévia das propostas, potenciando conhecimentos e experiências e otimizando recursos.

Importa ainda dar continuidade a contactos institucionais e diplomáticos com a generalidade dos países de língua portuguesa, para equacionar propostas de cooperação ou outras iniciativas que abram espaço à intervenção da ANESPO e das escolas profissionais.

ATIVIDADES A DESENVOLVER	CALENDARIZAÇÃO (Trimestres)			
	1º	2º	3º	4º
a. Assegurar a divulgação junto das associadas do novo programa ERASMUS+ e outros programas e linhas de financiamento comunitárias e nacionais.				
b. Equacionar a constituição de novas parcerias, nomeadamente no âmbito dos países de expressão portuguesa ou de programas comunitários.				
c. Dar continuidade aos projetos em curso, na perspetiva de que abrem horizontes para novos enquadramentos como as relações Europa/África e o diálogo social na educação no espaço europeu.				
d. Analisar de forma mais consistente as possibilidades de intensificar a cooperação com os países da CPLP, quer na cooperação técnica, quer quanto à estabilização de regras claras relativas à frequência de cursos profissionais por alunos estrangeiros.				

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Direção da ANESPO procurará, em 2022, dar concretização às principais áreas de intervenção que nos propomos desenvolver tendo como referência o diagnóstico estratégico e operacional em que assenta o presente Plano de Atividades que só será possível com a mobilização de todos e o reforço da capacidade de intervenção da ANESPO a todos os níveis.

Espera-se que o ano de 2022 signifique uma mudança efetiva dos paradigmas atuais determinados pela crise pandémica e o regresso a uma certa normalidade, uma melhoria efetiva das condições financeiras que permitam melhorar as condições de funcionamento das escolas profissionais.

Espera-se que ocorra a clarificação das políticas propiciada pelas eleições legislativas que facilite a operacionalização dos diferentes instrumentos comunitários que disponibilizam cerca de 60 mil milhões de euros para investir até final da década.

Espera-se que a consolidação da economia e do emprego no período pós-covid19 seja uma realidade e que as escolas profissionais se afirmem como atores indispensáveis para desenvolvimento regional e para a promoção da coesão e inclusão social e territorial no decurso da próxima década.

As escolas profissionais querem continuar a ser um parceiro que conta para dar contributos para a criação de emprego qualificado e para ir ao encontro das metas constantes de vários documentos estratégicos que refletem as prioridades nacionais e da União Europeia em matéria de percentagem de alunos em percursos qualificantes.

7 - ORÇAMENTO PARA 2022

7.1 - PRESSUPOSTOS

A Direção da ANESPO, em 2022, deverá manter a linha de orientação estratégica no sentido de desenvolver as ações previstas com o mínimo de gastos e a obtenção do máximo possível de receitas.

Nas condições atuais que condicionam as atividades de todas as organizações, a ANESPO deverá mais do que nunca recorrer a instrumentos de planeamento e de execução do Plano de Atividades e adotar medidas de controlo de gestão, otimização de receitas e contenção de custos.

O Mapa de Exploração Previsional que apresentamos a seguir contém informação sobre os rendimentos que se espera obter e os gastos previsíveis.

7.2 - RENDIMENTOS

A ANESPO para atingir as metas que se propôs, prevê um total de rendimentos na ordem de 473 411 euros.

No que respeita aos rendimentos, sublinhe-se que o orçamento é feito na base da previsão de manutenção do mesmo valor de referência quanto às quotizações dos associados.

Os subsídios à exploração para o ano 2022 decorrem dos projetos, em concreto:

SAAM Supporting Alliance for African Mobility	39 383€
SIAC Empreendedorismo	223 337€
Projeto PRALINE – Adult Education – ERASMUS	15 792€

7.3 - GASTOS

No respeito pelo princípio da coerência e da gestão rigorosa apostamos na prudência e continuidade na elaboração deste orçamento.

Assim, os gastos previstos para execução deste orçamento, são os estritamente necessários para alcançar os objetivos propostos.

7.3.1 - Fornecimentos e serviços externos

- Trabalhos especializados e Honorários
Estes gastos resultam essencialmente dos serviços prestados à execução dos projetos, serviços informáticos e outros necessários à atividade da associação.
- Vigilância e segurança
Gastos com o condomínio e extintores.
- Conservação e reparação
Gastos com conservação do edifício e a viatura
- Energia e fluidos
Gastos com eletricidade, água e combustíveis
- Deslocações e estadas
Gastos com viagens, alojamento,3.2 o, principalmente ao estrangeiro no âmbito dos projetos Erasmus e portagens
- Comunicações
Gastos com internet, telefone, telemóveis e correio
- Seguros
Gastos com seguros multirrisco do edifício, automóvel e seguro CGD
- Outros
Gastos com contencioso e notariado, despesas representação

7.3.2 - Gastos com o pessoal

Encargos com remunerações de quatro pessoas ao serviço da associação, bem como respetivo subsídio de alimentação.

Encargos com a segurança social, seguro de acidentes de trabalho, encargos com medicina, higiene e segurança com trabalho.

7.3.3 - Gastos de depreciações e de amortizações

As depreciações referem-se aos ativos fixos, principalmente o edifício e viatura.

7.3.4 - Outros gastos e perdas

Inclui os impostos, nomeadamente o IUC, IMI, imposto de selo e quotizações para CCP, EFVET e CNEF.

7.4 - CONCLUSÃO

Na elaboração do orçamento, tivemos como preocupação conciliar as perspetivas em termos de receitas e despesas, considerando a conjuntura difícil em que as escolas se movem, tanto em termos nacionais como europeus.

Para a execução deste orçamento prevemos rendimentos no total de 473 411 euros e gastos num total de 440 262 euros originando um resultado positivo no valor de 33 149 euros.

A gestão eficaz e eficiente do património coletivo da nossa Associação é a nossa principal preocupação e deverá nortear a execução orçamental.

8 - MAPA DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA O ANO DE 2022

RENDIMENTOS			
C. ESNL	Descrição	ANESPO	peso
72	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	194 900 €	41,17%
	Quotas dos associados	169 900 €	
	Congresso	10 000 €	
	Formação Cefanespo	15 000 €	
75	SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO	278 511 €	58,83%
	SAAM Supporting Alliance for African Mobility	39 383 €	
	SIAC Empreendedorismo	223 337 €	
	PRALINE - Adult Education - ERASMUS	15 792 €	
	Total Rendimentos	473 411 €	100,00%

GASTOS			
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	300 321 €	63,44%
	Trabalhos especializados	190 000 €	
	Vigilância e segurança	1 080 €	
	Honorários	24 800 €	
	Congresso	10 000 €	
	Serviços bancários	2 500 €	
	Conservação e reparação	2 500 €	
	Material de escritório	1 750 €	
	Energia e fluidos	6 500 €	
	Deslocações e estadias	51 383 €	
	Comunicações	3 500 €	
	Seguros	3 000 €	
	Limpeza e higiene	1 200 €	
	outros	2 108 €	
63	GASTOS C/ PESSOAL	112 339 €	23,73%
	Remunerações	93 078 €	
	Encargos s/ remunerações	17 261 €	
	Outros encargos	2 000 €	
64	GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE	20 102 €	4,25%
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	7 500 €	1,58%
	Total Gastos	440 262 €	93,00%
81	RESULTADO LÍQUIDO DO PERIODO	33 149 €	7,00%